A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR NA VISÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

José Ozildo dos Santos[1]; Rosélia Maria de Sousa Santos[2]
Vanessa da Costa Santos[3]; José Rivamar de Andrade[4]

[1]*Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba.* E-mail: joseozildo2014@outlook.com

[2]*Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba.* E-mail: roseliasousasantos@hotmail.com

[3]*Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba.* E-mail: nessacosta1995@rotmailcom

[4]*Faculdaudes Integradas de Patos*. E-mail. rivamar_andrade@hotmail.com

Resumo: Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória com uma abordagem qualitativa. Para atingir aos objetivos estabelecidos, desenvolveu-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica e, posteriormente, uma pesquisa de campo. O presente trabalho tem por objetivo avaliar o processo de inclusão no ensino regular na perspectiva dos professores da rede pública de ensino no município de Patos, Estado da Paraíba. A inclusão de um aluno com deficiência no ensino regular deve ser transformada num ato de valorização deste indivíduo. Para tanto, a este, deve ser oferecido condições que proporcionem o seu desenvolvimento efetivo, integrando-o completamente à comunidade escolar. Sempre que existe um aluno com deficiência no contexto da sala de aula do ensino regular, o professor precisa saber desenvolver um processo educativo que contemple as necessidades desse aluno. Entretanto, cabe à escola proporcionar os recursos necessários para que isto torne-se possível. Uma significativa conclusão proporcionada por este trabalho diz respeito ao fato de que a escola brasileira não se encontra preparada para receber o aluno com deficiência e inseri-lo no ensino regular. E, essa falta de 'preparação' não somente se limita à escola: ela também diz respeito ao professor, que, muitas vezes, por comodismo, não se atualiza e/ou não quer ser envolver no processo de construção/transforma da escola inclusiva. Os dados coletados também demonstraram que a maioria daqueles professores que possuem em sua sala de aula, enfrenta algum tipo de dificuldades na condução do processo educativo. Tais professores também ressaltaram que em suas escolas também existem vários fatores que constituem verdadeiros obstáculos ao ingresso dos alunos com deficiência no ensino regular. E, que o principal desses obstáculos diz respeito à falta de acessibilidade em sua infraestrutura.

Palavras-chave: Ensino regular; Inclusão; Escola para todos.

1 INTRODUÇÃO

Embora seja um tema bastante debatido na atualidade, o processo de inclusão é algo que possui história que remonta ao século XVI, suscitada no âmbito da discussão internacional e ainda encontra-se em construção.

Informa Mazzotta (2007), que no Brasil a proposta de inclusão ganhou destaque a partir de diretrizes internacionais, a exemplo da Conferência de Jomtien, realizada em 1990 e da Declaração de Salamanca, assinada em 1994.

Ao longo desse processo de construção, foram aperfeiçoados métodos e técnicas de ensino, que permitiram a mudança das expectativas sobre as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças com deficiências, que até então estavam à margem do processo educacional (GUIJARRO, 2005).

A compreensão da construção do discurso da inclusão escolar preconizado nos dias atuais bem como as políticas de formação de professores à luz da inclusão está alicerçada no movimento histórico. Movimento esse que resulta em transformações na forma de conceber e encarar a inclusão, percebida como essência das relações socioeducativas provido de uma crise de paradigma.

De acordo com Bueno (2006), a partir do aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de ensino, mudou-se o foco da deficiência intrínseca do indivíduo e passou-se a encarar também as falha do meio social em proporcionar condições adequadas às suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Apesar dos avanços registrados nas duas últimas décadas, a Educação Inclusiva não se configurou completamente, fazendo com que Educação Especial ainda funcione como um serviço paralelo e distanciado que se omite diante do fracasso e insucesso de seus alunos.

Assim, levando em considerações o que acima foi apresentado, o presente trabalho tem por objetivo avaliar o processo de inclusão no ensino regular na perspectiva dos professores da rede pública de ensino no município de Patos, Estado da Paraíba.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória com uma abordagem qualitativa. Para atingir aos objetivos estabelecidos, desenvolveu-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica e, posteriormente, uma pesquisa de campo.

A coleta dos dados ocorrerá durante o mês de maio de 2016, por meio de um questionário previamente elaborado, composto por questões subjetivas dirigidas aos professores de uma escola da rede estadual, localizada no município de Patos, Estado da Paraíba.

A população deste estudo foi composta por cerca de 57 professores vinculados que se encontravam no pleno exercícios de suas atividades. A amostra foi constituída por 20 profissionais

da educação, que estavam presentes nos dias das coletas de dados, escolhidos de forma aleatória, dentre aqueles que se dispuseram a participar desta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PERFIL DA AMOSTRA

Inicialmente, procurou-se levantar dados que possibilitassem traçar o perfil da amostra entrevistada. Para tanto, determinou-se o sexo dos participantes, sua formação acadêmica, o tempo de docência e a área de atuação. Os dados colhidos encontram-se apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição da amostra quanto ao perfil profissional apresentado

Variáveis	Participantes	%
Sexo		
Masculino	05	25%
Feminino	15	75%
Total	**20**	**100%**
Formação acadêmica		
Superior incompleto	03	15%
Superior completo	04	20%
Superior + especialização	13	65%
Total	**20**	**100%**
Tempo de docência		
Menos de 1 ano	01	5%
Entre 1 e 2 anos	02	10%
Entre 3 e 5 anos	03	15%
Entre 6 e 10 anos	05	25%
Entre 11 e 15 anos	01	5%
Entre 16 e 20 anos	03	15%
Entre 21 e 25 anos	03	15%
Mais de 25 anos	02	10%
Total	**20**	**100%**
Área de atuação		
Rede pública de ensino	20	100%
Rede pública + privada	00	00%
Total	**20**	**100%**

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2016.

Quando se analisa os dados apresentados na Tabela 1, verifica-se que 25% dos professores que participaram desta pesquisa, pertenciam ao sexo masculino e 75%, ao sexo feminino.

Rosa (2011) mostra que o magistério no Brasil vem passando por um verdadeiro processo de feminização, em decorrência de uma entrada maciça de mulheres no magistério primário, fato que tem contribuído para que a maioria dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino pertença ao sexo feminino.

Quando de analisa os dados apresentados na Tabela 1, quanto ao sexo, verifica-se que esse processo feminização também vem ocorrendo no município de Passagem, Estado da Paraíba, que apresenta um maior número de mulheres no magistério primário em relação aos postos de trabalho ocupados pelos homens, nessa mesma área

Os dados também revelam que 65% dos entrevistados, além do curso superior, possuíam, pelo menos, uma especialização, na área de educação; 15% não tinham ainda concluído o ensino superior e 20% tinham o curso superior completo.

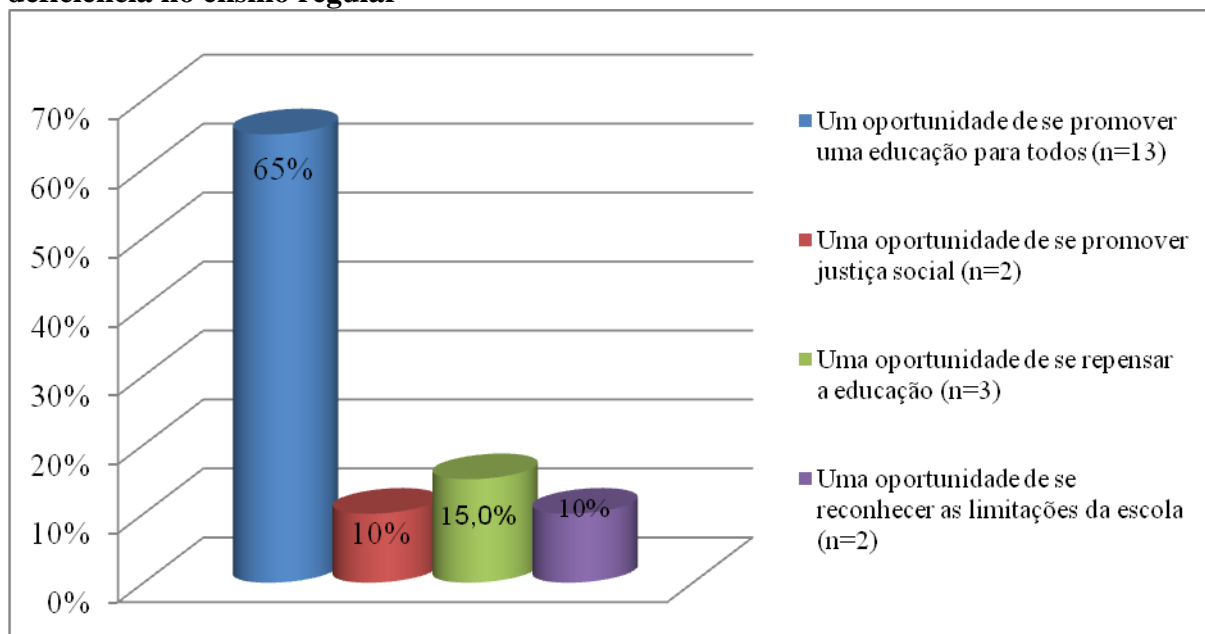
Castro (2006) mostra que nos últimos anos vem se intensificando o processo de profissionalização da docência. E, que o número de professores que se encontram em sala de aula que ainda não possui um curso superior completo, vem reduzindo a cada ano.

Os dados coletados nesta pesquisa mostram que os professores do município de Passagem-PB, possuem uma preocupação quanto à sua profissionalização. Pois, 85% dos entrevistados já possuem formação superior e os demais encontram-se matriculados em um curso superior. Tais dados também demonstram que todos os participantes atuam na rede pública de ensino.

No caso específico do Estado da Paraíba, nos pequenos municípios, a exemplo de Passagem, predominam as escolas públicas, na educação infantil, no ensino fundamental e no médio, quando existente. Por isso, que a amostra entrevistada foi formada totalmente por profissionais da rede pública.

3.2 DADOS RELATIVOS AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Inicialmente, procurou-se saber dos professores que participaram da presente pesquisa, o que para eles, enquanto educadores, representa a inclusão de um aluno com deficiência no ensino regular. As respostas oferecidas pelos entrevistados foram transformadas em dados e apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição dos professores quanto ao representa a inclusão de um aluno com deficiência no ensino regular

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2016.

A análise do Gráfico 1 permite concluir que 65% dos professores entrevistados entendem que a inclusão de um aluno com deficiência no ensino regular representa uma oportunidade de se promover uma educação para todos, enquanto que 15% vêm esse ato como sendo uma oportunidade de se repensar a educação. Por outro lado, 10% acham que é uma oportunidade de se promover justiça social e outros 10%, de se reconhecer as limitações da escola enquanto instituição.

Destaca Mendes (2006, p. 396), que “a inclusão poderia ser parte de um debate maior sobre a função da escola, ela ainda se detém muito em onde e como os indivíduos podem aprender melhor”.

A inclusão, na concepção de Mittler (2003, p. 236), não é apenas “a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados”.

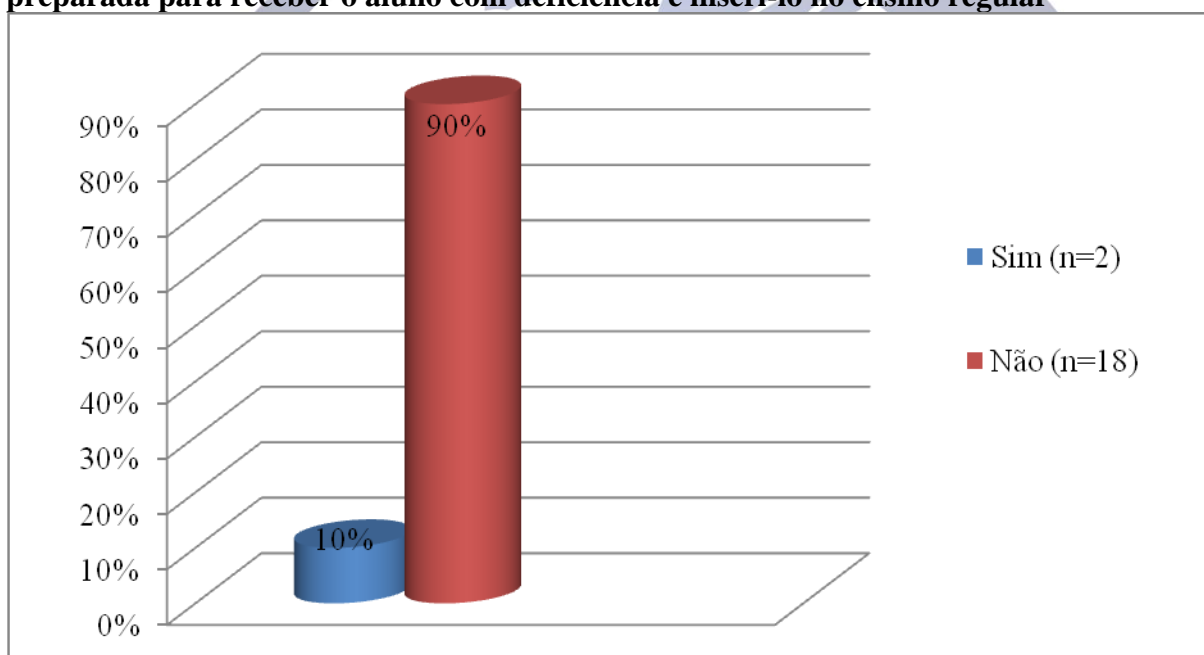
Nesse sentido, a inclusão de um aluno com deficiência no ensino regular deve ser transformada num ato de valorização deste indivíduo. Para tanto, a este, deve ser oferecido condições que proporcionem o seu desenvolvimento efetivo, integrando-o completamente à comunidade escolar.

Na educação inclusiva, segundo Deimling e Caiado (2012, p. 59), “mais do que o mero acesso à educação, considera-se, igualmente, a necessidade de garantia a todos do direito de

permanência na escola e de apropriação do conhecimento produzido histórica e coletivamente pela humanidade".

Visto por esse lado, a inclusão de um aluno com deficiência no ensino regular representa a construção de uma escola para todos, sem diferenciação ou discriminação. Representa um momento de promoção social, partindo do princípio de que a escola repensou sem papel e passou de forma efetiva a cumprir a sua função social. Entretanto, ao repensar seu papel, ela também identificou suas limitações e passou a desenvolver esforços no sentido de adequar-se ao processo inclusivo.

Mediante o segundo questionamento, indagou-se dos professores entrevistados se a escola brasileira encontra-se preparada para receber o aluno com deficiência e inseri-lo no ensino regular. Os dados colhidos foram esboçados no Gráfico 2.

Gráfico 2. Distribuição dos professores quanto ao fato se a escola brasileira se encontra preparada para receber o aluno com deficiência e inseri-lo no ensino regular

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2016.

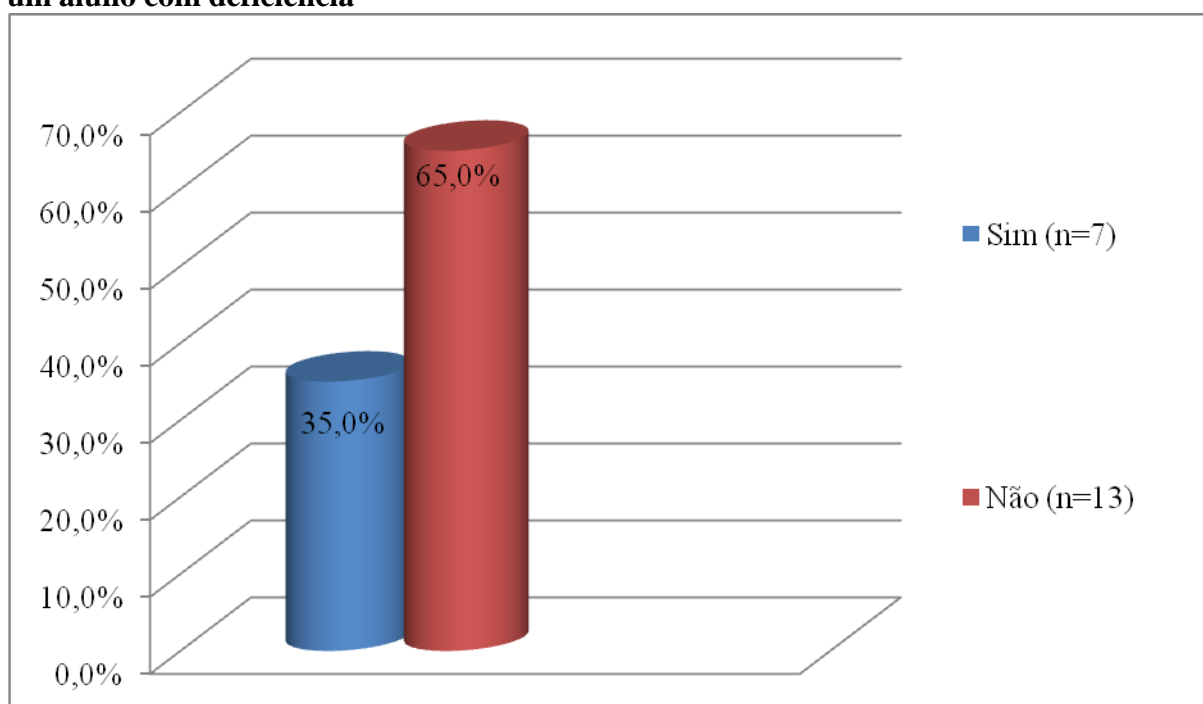
Quando se analisa o Gráfico 2, percebe-se que segundo 95% dos professores entrevistados, a escola brasileira não se encontra preparada para receber o aluno com deficiência e inseri-lo no ensino regular. Entretanto, 5% acreditam que sim, ou seja, que tal instituição realmente possui condições de promover a inclusão.

Na concepção de Cerqueira (2002, p. 19), "o sistema educacional brasileiro não se encontra devidamente preparado para oferecer uma educação de qualidade à população minoritária, principalmente para as pessoas que apresentam deficiência".

Na realidade, a escola pública brasileira é deficitária. A falta de investimentos diretos na educação constitui-se no principal fator limitante do processo educativo, impossibilitando a melhoria de sua qualidade. É essa mesma falta de investimentos que faz com que a escola brasileira não se apresente preparada para receber o aluno com deficiência e inseri-lo no ensino regular.

Através do terceiro questionamento, perguntou-se aos professores participantes se em suas salas de aulas existem algum aluno com deficiência. Os dados coletados foram apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3. Distribuição dos professores quanto ao fato de existir ou não em sua sala de aula um aluno com deficiência

70,0%
60,0%
50,0%
40,0%
30,0%
20,0%
10,0%
0,0%
35,0%
65,0%
Sim (n=7)
Não (n=13)

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2016.

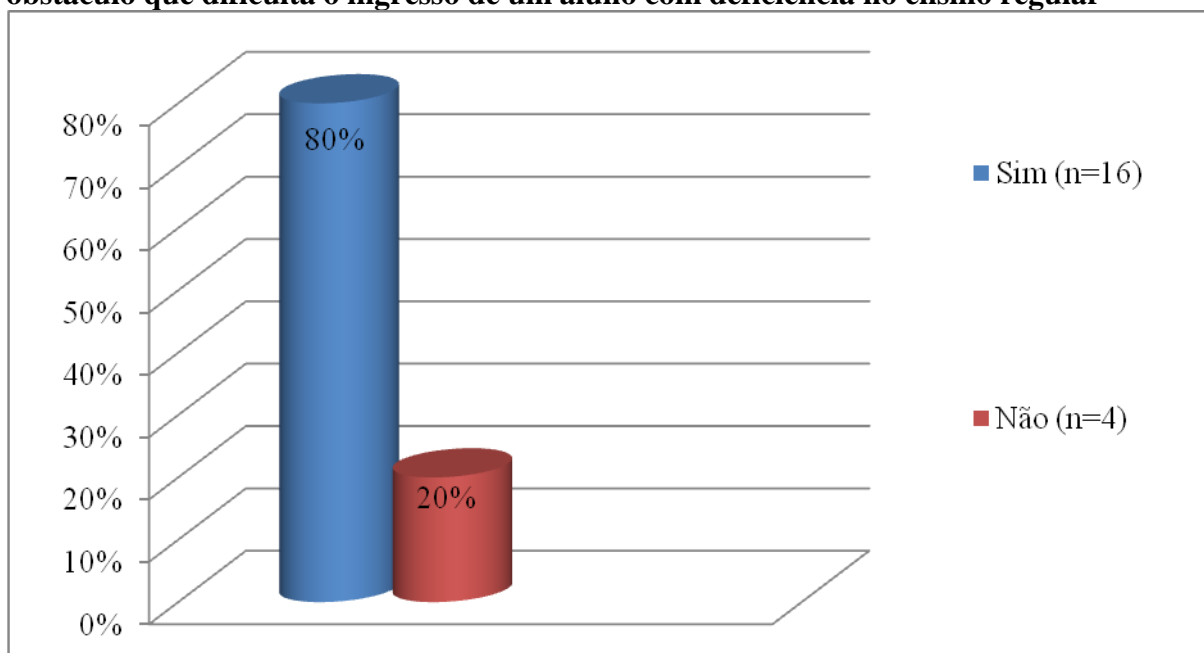
Os dados contidos no Gráfico 3 mostram que 35% dos professores entrevistados possuem em suas salas de aulas, alunos portadores de algum tipo de deficiência. No entanto, a maioria (65%) declarou que não possui.

Sousa e Tavares (2010, p. 2) ressaltam que o aluno com deficiência "é aquele que por apresentar necessidades diferentes dos demais alunos no domínio da aprendizagem requer recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos".

Assim, sempre que existe um aluno com deficiência no contexto da sala de aula do ensino regular, o professor precisa saber desenvolver um processo educativo que contemple as

necessidades desse aluno. Entretanto, cabe à escola proporcionar os recursos necessários para que isto torne-se possível.

Num quarto momento, indagou-se dos professores, se nas escolas onde eles atuam, existem algum tipo de obstáculo que dificulta o ingresso de um aluno com deficiência no ensino regular. O Gráfico 4 esboça os dados colhidos nesse questionamento.

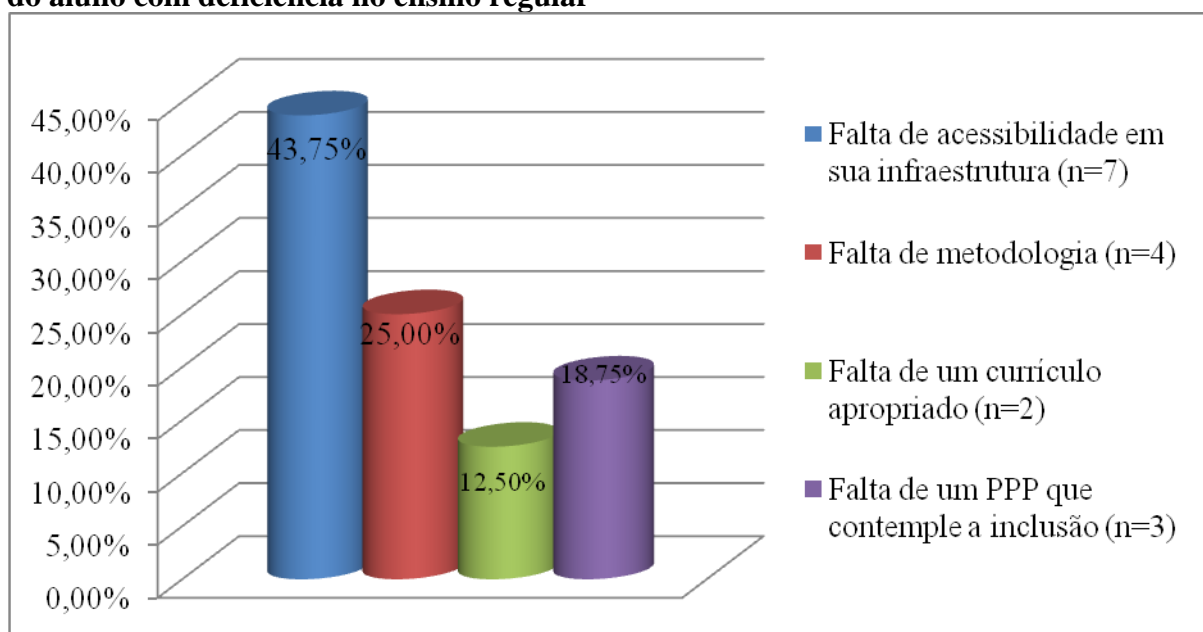
Gráfico 4. Distribuição dos professores quanto ao fato de existir ou não algum tipo de obstáculo que dificulta o ingresso de um aluno com deficiência no ensino regular

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2016.

Quando se analisa o Gráfico 4, verifica-se que para 65% dos educadores entrevistados, em suas escolas, existe algum tipo de obstáculo que dificulta o ingresso dos alunos com deficiência no ensino regular. No entanto, 35% afirmaram que em suas unidades de ensino não existe nada é obstáculo a tal processo.

Na concepção de Sousa e Tavares (2010), existem muitos obstáculos que dificultam o ingresso de alunos com deficiência no ensino regular. E, que tais obstáculos não dizem respeito apenas às barreiras estruturais, que dificultam, por exemplo, o acesso do portador de deficiência física.

É importante destacar que tais obstáculos se manifestam de forma diversa, impedindo, de fato, que a educação inclusiva se concretize, ou melhor, se efetive e possa contribuir para a criação de uma escola para todos.

Aproveitando os resultados do questionamento anterior, indagou-se dos participantes que responderam afirmativamente, em que se constitui o obstáculo por ele conhecido/identificado, que dificulta em sua escola a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular. Os dados colhidos foram apresentados no Gráfico 5. Nesse caso, a amostra habilitada a responder ao quinto questionamento, reduziu-se a 25 participantes.

Gráfico 5. Distribuição dos professores quanto ao principal obstáculo que dificulta o ingresso do aluno com deficiência no ensino regular

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2016.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 5, segundo 43,75% dos professores que afirmaram que em suas escolas existe algum tipo de obstáculo ao processo de inclusão, esse obstáculo diz respeito à falta de acessibilidade em sua infraestrutura; 25% apontaram a falta de uma metodologia adequada ao processo inclusivo; 12,5% destacaram a falta de um currículo adequado e 18,75%, ressaltaram a falta de um PPP que contemple a inclusão.

Na concepção de Leonardo; Bray e Rossato (2009, p. 291), vários fatores limitam a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, dentre os quais podem ser citados:

> [...] o pouco investimento no sistema educacional brasileiro; a falta de infraestrutura no tocante a recursos físicos para atender a todos os alunos, sejam eles especiais ou não; o preconceito; a discriminação; e, a falta de credibilidade que ainda impera em relação às pessoas diferentes, principalmente as que possuem algum tipo de deficiência.

Na realidade, o governo brasileiro ainda investe muito pouco na educação e em decorrência dessa falta de investimentos, dificilmente a escola pública será plenamente inclusiva. A infraestrutura inadequada apresentada pela maioria das escolas públicas, é também um dos grandes obstáculos a esse processo. Aliados a esses fatores, existem as limitações relacionadas à própria escola enquanto instituição, no que diz respeito ao currículo e ao próprio professor que nela atua.

Por outro lado, destaca Rulli Neto (2002), que as barreiras que constituem obstáculos ao processo de inclusão, podem ser de natureza física, sistêmicas e atitudinais.

O primeiro caso, trata-se da própria infraestrutura da escola. O segundo, diz respeito à falta de serviços assistivos nos estabelecimentos de ensino e o terceiro, configura-se no mais severo dos obstáculos, pelo simples fato de está relacionado ao preconceito, constituindo-se em algo que deve ser superado pelo escola, até mesmo quando nela não houver condições de se desenvolver um processo educativo que contemple o aluno portador de deficiência. Isto porque a escola é um espaço que deve educar o aluno e prepará-lo para conviver com a diversidade. Se a escola não conseguir superar esse obstáculo, dificilmente cumprirá a sua função social.

4 CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa se mostrou por demais relevante. De acordo com os dados coletados, a maioria dos entrevistados entende que a inclusão de um aluno com deficiência no ensino regular representa uma oportunidade de se promover uma educação para todos. É oportuno lembrar que a escola deve ser sempre um espaço de todos e para todos, onde as diferenças não sejam visíveis e nem motivo para a exclusão.

Uma significativa conclusão proporcionada por este trabalho diz respeito ao fato de que a escola brasileira não se encontra preparada para receber o aluno com deficiência e inseri-lo no ensino regular. E, essa falta de ‘preparação’ não somente se limita à escola: ela também diz respeito ao professor, que, muitas vezes, por comodismo, não se atualiza e/ou não quer ser envolver no processo de construção/transforma da escola inclusiva.

Os dados coletados também demonstraram que a maioria daqueles professores que possuem em sua sala de aula, enfrenta algum tipo de dificuldades na condução do processo educativo. Tais professores também ressaltaram que em suas escolas também existem vários fatores que constituem verdadeiros obstáculos ao ingresso dos alunos com deficiência no ensino regular. E, que o principal desses obstáculos diz respeito à falta de acessibilidade em sua infraestrutura.

Pelo demonstrado, para que a inclusão do aluno com deficiência seja de fato uma realidade, é preciso que a escola mude o seu perfil, promova uma verdadeira adequação curricular e também em sua infraestrutura. No entanto, é preciso que o professor também faça a sua parte. Pois, ele é a peça fundamental no processo de construção da escola inclusiva.

5 REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. S. **Educação brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 2006.

CERQUEIRA, G. C. **Proposta de formação continuada para professores, visando à inclusão do aluno deficiente visual/cego nas escolas regulares**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana, 2002. Disponível em: http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=10738. Acesso: 20 jun 2016.

DEIMLING, N. N. M.; CAIADO, K. R. M. Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de pedagogia das universidades públicas paulistas. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 3, p. 51-64, set.-dez., 2012.

GUIJARRO, M. R. B. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaios pedagógicos**: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

LEONARDO, N. S. T.; BRAY, C. T.; ROSSATO, S. P. M. **Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. Rev. Bras. Educ. Espec**., v. 15, n. 2, p. 289-306, 2009.

MAZZOTTA, M. J. S**. Educação especial no Brasil.** História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

RULLI NETO, A. **Direitos do portador de necessidades especiais**. São Paulo: Fiúza, 2002.

SOUSA, E. M.; TAVARES, H. M. Acessibilidade da criança com deficiência física na escola. **Revista Católica**, v. 2, n. 4, p. 1-16, jul.-dez., 2010.